PROJETO DE LEI Nº , DE 2014
(Do Sr. ACELINO POPÓ)

Altera o Art. 234 da Lei nº 7.565/1986, Código Brasileiro de Aeronáutica, para determinar que a bagagem seja entregue ao passageiro, inviolada, e no prazo máximo de vinte minutos após o início do desembarque, sob pena de pagamento de multa.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 234 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, CBA - Código Brasileiro de Aeronáutica passa a vigorar sob os seguintes termos:

(...) ...

“§ 6º A bagagem será entregue ao passageiro, inviolada e em bom estado de conservação, no prazo máximo de vinte minutos após o início do desembarque.

§ 7º Em caso de descumprimento do disposto no § 6º, o transportador pagará ao passageiro, de imediato e em moeda nacional, multa de valor equivalente à metade do valor da maior tarifa do trecho consignado no bilhete de passagem.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto busca por fim ao alto índice de reclamações dos consumidores nos PROCONS-Instituto de Defesa do Consumidor de todo o Brasil. A ocorrência de problemas envolvendo a bagagem dos usuários durante a prestação do serviço de transporte de passageiros, tem se torna comum e rotineira, sem qualquer melhora do serviço, seja na modalidade rodoviária. Ferroviária. Hidroviária ou

aeroviária. Malas avariadas ou extraviadas são apenas algumas das surpresas que podem esperar o viajante ao chegar em seu destino. Normalmente estas ocorrências geram situações extremamente embaraçosas para as pessoas, que se vêem sujeitas a aborrecimentos e constrangimentos. Além do prejuízo financeiro.

A falta de uma legislação adequada, em alguns casos, ou a insignificância dos valores previstos para indenização, em outros, infelizmente, acaba contribuindo para agravamento do problema do usuário, encorajando, por outro lado, pelo descaso na prestação do serviço por parte do transportador. De fato, as indenizações demoram para ser pagas e os valores, via de regra, e não representam o prejuízo material e imaterial causado ao passageiro.

Por tais razões, a nós apresentadas pelos consumidores do Brasil que propomos a presente alteração na legislação vigente.

A Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que “dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica”, trata do assunto, em seu art. 234, onde deve haver a imposição do limite do prazo de entrega das bagagens ao consumidor. A nosso ver, a citada legislação em vigor é insuficiente para cobrir os prejuízos causados pelos atrasos na entrega das bagagens, bem como não estabelece prazo para o pagamento da indenização que determina.

Assim sendo, acreditamos que seria mais apropriado, para a efetivação da iniciativa sob comento, apresentarmos proposição que altere a Lei nº 7.565/86, mantendo a indenização de caráter geral, estabelecendo o prazo máximo de vinte minutos para entrega das bagagens e o pagamento imediato da indenização.

Em razão das considerações apresentadas, peço o apoio dos nobres pares para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, em 13 de fevereiro de 2014.

ACELINO POPÓ
Deputado Federal – PRB- BA